

INFORME JURÍDICO

ANO XXV

INFORME DA ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES

12/ JULHO / 2021

RECEITA FEDERAL RESTRINGE ISENÇÃO DE IR SOBRE GANHOS COM A VARIAÇÃO CAMBIAL

Entendimento publicado no dia 1º deve ser seguido por todos os auditores fiscais do País

Por Bárbara Pombo, Valor — São Paulo

A Receita Federal restringiu a isenção de Imposto de Renda (IR) sobre ganhos com a variação cambial de depósitos de contas mantidas no exterior. Parte do valor obtido, de acordo com solução de consulta do órgão, deve ser tributado com alíquota entre 15% e 22,5%.

[Leia mais ...](#)

STF

CASO SOBRE CRÉDITO PRESUMIDO PODE TER REVIRAVOLTA COM A SAÍDA DE MARCO AURÉLIO

RE chegou a somar 11 votos, 6×5 a favor dos contribuintes, mas foi interrompido. Relator Marco Aurélio se aposenta na segunda ANA POMPEU

[Leia mais ...](#)

Ofício enviado a Fux

MARCO AURÉLIO FAZ PEDIDO QUE PODE LIMITAR VOTOS DE SEU SUCESSOR

O decano pediu a Fux que seus votos sejam mantidos em ações que estavam no plenário virtual e tiveram pedido de destaque.

[Leia mais ...](#)

DESPEDIDA NO STF

APOSENTADORIA DE MARCO AURÉLIO DO SUPREMO É PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL

A aposentadoria do ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal, assinada pelo presidente Jair Bolsonaro, foi publicada na edição desta sexta-feira (9/7) no Diário Oficial da União. Na próxima segunda-feira, o ministro completará 75 anos, 31 dos quais como integrante da Suprema Corte, da qual era o decano. O ministro Gilmar Mendes, a partir de agora, será o mais antigo integrante do STF.

[Leia mais ...](#)

SUPREMO

O QUE ESPERAR DE ANDRÉ MENDONÇA NO STF?

Mendonça terá pouco protagonismo até o ano que vem. E talvez por isso seja pressionado por Bolsonaro

[Leia mais ...](#)

MODERNIZAÇÃO

ESTADOS ARTICULAM MUDANÇAS NO ICMS APÓS DISPUTAS NO SUPREMO

A ideia é que os estados aperfeiçoem o tributo para garantir a arrecadação e evitar futuros litígios

Estados pedem ao Congresso prorrogação do auxílio renda emergencial, suspensão do teto de gastos e do pagamento de dívidas

[Leia mais ...](#)

CRÉDITOS DIFERENTES

STJ VETA COMPENSAÇÃO FISCAL PELO MESMO DÉBITO APÓS PEDIDO NÃO-HOMOLOGADO

O contribuinte que possui débitos decorrentes de dívidas fiscais e que já pediu a compensação tributária dos mesmos não pode usá-los pela segunda vez para pleitear uma nova compensação — ainda que o primeiro pedido não tenha sido homologado pela Receita Federal.

[Leia mais ...](#)

REFORMA DO IR VAI DIFICULTAR PLANEJAMENTOS TRIBUTÁRIOS

Alterações seriam “lista de desejos” da Receita Federal

Por Joice Bacelo e Beatriz Olivon — De Rio e Brasília

O projeto de reforma do Imposto de Renda, encaminhado ao Congresso pelo governo federal, impede ou dificulta a adoção de ao menos nove práticas comuns hoje nas empresas, que resultam na redução de impostos e contribuições a pagar.

[Leia mais ...](#)

PROJETO PREVÊ TRIBUTOS PARA QUEM TEM PATRIMÔNIO ACIMA DE R\$ 4,670 MILHÕES

Texto apresentado pelo senador Randolfe Rodrigues estabelece que alíquota seria progressiva entre 0,5% a 5% e atingiria cerca de 200 mil contribuintes pessoas físicas

Por Edna Simão, Valor — Brasília

[Leia mais ...](#)⁹

POR VIDEOCONFERÊNCIA

CARF SE REÚNE EM AGOSTO PARA ANALISAR PROPOSTAS DE SÚMULAS

Serão 45 propostas de súmulas. Para especialistas, maioria dos enunciados pode ser desfavorável aos contribuintes

[Leia mais ...](#)

EQUILÍBRIO CONTRATUAL

SEGURO PODE LIMITAR HIPÓTESES DE COBERTURA POR INVALIDEZ POR ACIDENTE, DIZ STJ

É da própria natureza jurídica do contrato de seguro a delimitação, pelo segurador, dos riscos a serem cobertos. A exclusão, pelo Judiciário, de cláusula contratual delimitadora da cobertura securitária pode vir a ocasionar desequilíbrio econômico contratual.

[Leia mais ...](#)

CADA UM POR SI

EXISTÊNCIA DE GRUPO ECONÔMICO NÃO AUTORIZA REDIRECIONAMENTO DE COBRANÇA DE TRIBUTO

O simples reconhecimento da existência de um grupo econômico não autoriza a Receita Federal a redirecionar a cobrança de débito tributário. Dessa forma, a 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região determinou a emissão de certidão negativa de débitos (CND) ou certidão positiva de débito com efeito de negativa (CPD-EN) a uma faculdade.

[Leia mais ...](#)

PRESIDENTE DO STJ CONVOCA PARA AGOSTO PLENO QUE DEFINIRÁ FORMATO DE SESSÃO DE VOTAÇÃO DE CANDIDATOS A MINISTRO

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Humberto Martins, convocou para 9 de agosto, às 14h, sessão do Pleno para definir o formato da sessão de votação de candidatos a ministro, que constarão das listas que serão submetidas ao presidente da República para preenchimento das vagas abertas em decorrência da aposentadoria dos ministros Napoleão Nunes Maia Filho e Nefi Cordeiro.

[Leia mais ...](#)

A AMEAÇA DE ISS NA EXPORTAÇÃO DE SERVIÇOS

No início do mês de maio deste ano, a 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgou o ARESP 1.150.353/SP, que envolve discussão sobre a obrigação de empresa brasileira recolher o Imposto sobre Serviços (ISS) sobre a receita auferida na gestão de fundo de investimentos domiciliado no exterior.

[Leia mais ...](#)

SENADO

VOTAÇÃO NO SENADO DO PL QUE CRIA O NOVO REFIS FICA PARA AGOSTO

Projeto do Novo Refis, de autoria de Rodrigo Pacheco, permite que empresas parcelem, com descontos, dívidas com a União

JOÃO PORTO

[Leia mais ...](#)

RECEITA ENCAMINHARÁ PROPOSTA PARA REDUÇÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS ATÉ SETEMBRO

A ideia é que no primeiro ano haja uma redução de no mínimo 10% em relação ao atualmente vigente

Francisco Carlos de Assis, do Estadão Conteúdo

[Leia mais ...](#)

MUDANÇA EM DIVIDENDOS PODE ESTIMULAR 'PEJOTIZAÇÃO' E REORGANIZAÇÕES SOCIETÁRIAS

Tributarista Tathiane Piscitelli defende a incidência de Imposto de Renda, mas critica a proposta do governo federal

Por Laura Ignacio — De São Paulo

[Leia mais ...](#)

TRIBUTAÇÃO EM DEBATE PELA OCDE VAI IMPACTAR PAÍSES QUE PRATICAM A GUERRA FISCAL

Para o Brasil, que adota em geral alíquotas de impostos mais elevada do que o mínimo proposto, não há um impacto direto
Antonio Côrrea de Lacerda*

[Leia mais ...](#)

PGFN

CONTRIBUINTE PODE DESISTIR PARCIALMENTE DE PROCESSO PARA ENTRAR NA TRANSAÇÃO DE PLR

Posicionamento consta em parecer da PGFN ideia é aumentar a confiança entre as partes na negociação.

[Leia mais ...](#)

CÂMARA APROVA REGIME DE URGÊNCIA PARA MARCO LEGAL DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Câmara aprova regime de urgência para Marco legal da Inteligência Artificial

Convergência Digital

A Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (6) o regime de urgência para o Projeto de Lei 21/20, do deputado Eduardo Bismarck (PDT-CE), que estabelece princípios, direitos e deveres para o uso de inteligência artificial no Brasil. A proposta poderá ser votada nas próximas sessões do Plenário.

[Leia mais ...](#)

FUTURO DA JUSTIÇA

METADE DOS TRIBUNAIS BRASILEIROS JÁ TEM SISTEMAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Cerca de metade dos tribunais brasileiros possui projeto de inteligência artificial já implantados.

Atualmente, há 64 projetos em 47 tribunais, além da Plataforma Sinapses do Conselho Nacional de Justiça. Desse total, 35 ferramentas estão em funcionamento (sendo 28 em produção plena e sete projetos-piloto) e 29 estão em fase de idealização.

[Leia mais ...](#)

SEGREDOS EMPRESARIAIS EM TEMPOS DE HOME OFFICE

Nicole Katarivas e Raquel Lamboglia Guimarães

A configuração de informações como segredos de empresa tem fundamento no valor econômico, no sigilo e no conseqüente esforço do proprietário para preservar a confidencialidade.

[Leia mais ...](#)

DIRETO DO CARF

RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA NO ROUBO DA CARGA EM TRÂNSITO ADUANEIRO: FICÇÃO?

Por Diego Diniz Ribeiro

Existem certas discussões jurídicas que causariam espécie até ao despreocupado Herr Huld, o advogado do romance kafkiano "O Processo", se a realidade não as impusesse à necessária consideração de todos. E uma dessas discussões é a possibilidade de incidência tributária, mediante responsabilidade do transportador, na hipótese do roubo da carga sob condição de trânsito aduaneiro.

[Leia mais ...](#)

VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

TRT-4 CONDENA DELL A PAGAR R\$ 10 MILHÕES DE DANO COLETIVO POR ASSÉDIO MORAL

A violação de direitos humanos por empresas significa o descumprimento da função social da propriedade. Essa violação de bens jurídicos fundamentais ao Estado Democrático de Direito configura dano moral coletivo, pois afeta toda a sociedade.

[Leia mais ...](#)

LEI DO SUPERENDIVIDAMENTO: SAIBA O QUE MUDA NA VIDA DO CONSUMIDOR

Novas regras aumentam a proteção de pessoas que têm muitas dívidas e não conseguem pagá-las. Consumidores poderão renegociar as dívidas com todos os credores ao mesmo tempo e instituições financeiras estão proibidas de fazer qualquer tipo de pressão para seduzir clientes.

Por Fernanda Martinez, G1

[Leia mais ...](#)

ESOCIAL

Cronograma de implantação do eSocial é atualizado

Portaria conjunta SEPRT/RFB nº 71, de 29 de junho de 2021, atualizou o cronograma de implantação do eSocial. 3ª fase (eventos periódicos) do grupo 3 – pessoas físicas inicia em 19 de julho deste ano.

[Leia mais ...](#)

SIMPLIFICAÇÃO

RECEITA FEDERAL LANÇA NOVA VERSÃO DE SISTEMA DE EMISSÃO DE DARF.

Com a nova versão, programa Sicalc AA foi definitivamente desativado e os documentos de arrecadação deverão ser emitidos exclusivamente pelo sistema web.

Emissão de DARF

[Leia mais ...](#)

PAPEL IMUNE

RECEITA FEDERAL PRORROGA PRAZO DE VALIDADE DE REGISTROS DE PAPEL IMUNE

Os Registros especiais de controle de papel imune, concedidos até 23 julho de 2020, serão prorrogados por mais um ano, além dos três anos previstos na IN. Papel Imune

[Leia mais ...](#)

O Informe Jurídico é um informativo diário elaborado pela ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES contendo uma coletânea das principais notícias de interesse empresarial e da legislação federal, estadual e do Município de São Paulo publicadas nos Diários Oficiais e jornais do país.

Adicione nosso remetente aos seus contatos, pois assim os provedores não classificarão nossas mensagens um spam. "envio.advcbm.com.br".



Se você não deseja mais receber nossos e-mails, [cancele a sua inscrição aqui.](#)